

Práticas sustentáveis na visão dos gestores de duas empresas na cidade de Mossoró-RN

Lucas Antonio Costa de Paiva

Rita Maria Gomes dos Santos

RESUMO: O presente trabalho discorre sobre a sustentabilidade, no que diz respeito às questões que cercam as esferas sociais, ambientais e econômicas. Indaga-se: Quais as diferenças e/ou semelhanças nas percepções dos gestores de empresas de portes e setores diferenciados quanto às práticas direcionadas à sustentabilidade? Em equivalência, determina-se como objetivo geral avaliar e comparar a percepção dos gestores de duas empresas com portes e setores diferenciados em relação às práticas direcionadas nas esferas ambiental, econômica e social. Para o método utilizou-se a forma descritiva, com características de estudo de caso. Para a coleta de dados, baseou-se em um instrumento já validado. Diante do resultado, evidenciou-se que no âmbito social ambas as gestões atuam em favor da legalidade, estabelecem normas de conduta, trabalham em clima de cooperação e fazem doações a entidades sociais. Na esfera ambiental, esta possui coleta seletiva, incluindo o lixo eletrônico (exceto a Empresa 2), e reduz os consumos de água e energia. Economicamente, a organização em que o Gestor 2 atua possui maior destaque, haja vista a prática de política pós-venda e a divulgação dos programas sociais. Outrossim, ressalta-se que os gestores priorizam fornecedores que desenvolvem práticas sustentáveis, treinam e habilitam seus profissionais, avaliam a satisfação dos clientes e cumprem os compromissos com o governo. Contudo, percebe-se mais similaridades do que dissonância na visão dos gestores, pois as duas empresas orientam-se pelas questões legais.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Esfera Social. Esfera Ambiental. Esfera Econômica.

ABSTRACT: The study discusses the sustainability concerning issues surrounding social, environmental and economic areas. In view of this proposal, it is asked: What are the differences and / or similarities in the perceptions of the managers of companies of different sizes and sectors regarding the practices directed to sustainability? In addition, Evaluate and compare the perception of the managers of two companies with different sizes and sectors in relation to the practices directed in the environmental, economic and social spheres. Regarding to the methodology, it used a descriptive approach with characteristics of the case study. For data collection, it used an instrument, which has already been validated and adapted. Based on the result, it was evidenced that in social context, both managements act in favor of legality laying down rules of conduct, working in good cooperation and making donations to social entities. About environmental area, it has selective collection including electronic waste (except company 2), also reduces the water and energy consumption. Economically, the organization in which the manager 2 acts has high distinction thus practicing policy of after-sales and dissemination of social programs. In addition, it is emphasized that managers prioritize suppliers that develop sustainable practices, train and enable their professionals, assess the customers satisfaction and meet the government commitments. However, we see more similarities than dissonance in the managers' view, because they are guided by legal questions.

Keywords: Sustainability. Social sphere. Environmental sphere. Economic Sphere.

Recebido em: 10/12/2016

Aprovado em: 01/04/2017

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editores Científicos: Maria Aparecida de Souza Melo e Simone Pereira Silva Bastos

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a importância das práticas em prol da sustentabilidade empresarial, considerando-se que as empresas precisam vislumbrar atividades amparáveis não apenas no âmbito econômico, mas também no ambiental e social.

Historicamente, a definição do termo sustentabilidade foi escrita no relatório Brundtland da Organização das Nações Unidas (1987), indicando que o desenvolvimento sustentável proporciona a sobrevivência do ser humano na geração atual e futura, utilizando os recursos naturais plausivelmente e aplicando ações nos âmbitos ambiental, econômico e social (AZEVEDO, 2012).

Às empresas que buscam apenas resultados financeiros não estão compatíveis com os atuais padrões de desenvolvimento sustentável. Logo, cabem repensar suas práticas com fim a adequação da nova realidade (CAREON; SILVA, 2010).

Sustentabilidade torna-se um tema de vanguarda, chamando a atenção de governos, organizações e comunidade acadêmica, haja vista as rápidas e contínuas transformações tecnológicas incitadas pelo atual modelo capitalista amplamente disseminado no mundo que culminaram em comportamentos sociais e hábitos de consumo marcados pelo desperdício de recursos naturais e problemas ambientais, econômicos e sociais (MALHOTRA; MELVILLE; WATSON, 2013 *apud* SALLES *et al.*, 2016)

Inserida nessas questões, este trabalho justifica-se para a academia pela necessidade de pesquisas sobre o tema com o intuito de formar profissionais com o conhecimento e o senso crítico na busca pela

sustentabilidade das organizações que culminam no equilíbrio do planeta.

A relevância do assunto para a sociedade consiste na proposição de argumentos que possibilitem a reflexão cidadã. Apesar de o assunto estar direcionado ao âmbito organizacional, sua estrutura é formada por pessoas e para pessoas. Cada habitante do planeta causa algum tipo de prejuízo ao meio ambiente, seja este através do consumo excessivo ou do descarte irresponsável do lixo. Outrossim, a humanidade apenas lucra quando existem pessoas comprometidas em direcionar esforços nas esferas ambiental e social, como já o fazem na econômica.

Spers (2009) argumenta que o mundo enfrenta problemas ambientais, de má distribuição de renda e sociais. Devido a esses fatores, pode existir um prejuízo geral para a sociedade, com graves consequências. Há a necessidade de que organizações privadas, governos e sociedade civil assumam uma nova postura e sejam responsáveis pelo bem-estar da humanidade.

Diante desses aspectos, questiona-se: Quais as diferenças e/ou semelhanças nas percepções dos gestores de empresas de portes e setores diferenciados quanto às práticas direcionadas à sustentabilidade? Em equivalência, determina-se como objetivo geral avaliar e comparar a percepção dos gestores de duas empresas com portes e setores diferenciados em relação às práticas direcionadas nas esferas ambiental, econômica e social. E como objetivos específicos apresentar os principais aspectos da sustentabilidade, evidenciar práticas direcionadas à sustentabilidade organizacional e verificar e analisar as ações a favor da sustentabilidade nas empresas objeto de estudo.

O trabalho está dividido em cinco partes: introdução, tópico em que são

apresentados o tema, a justificativa, o problema e os objetivos; referencial teórico, base da análise da pesquisa; metodologia, na qual explica e conceitua o método aplicado; apresentação do resultado e a análise da pesquisa empírica; e a conclusão, tópico em que se considera se o objetivo da pesquisa foi alcançado.

2 SUSTENTABILIDADE

2.1 Contextualização histórica do pensamento sustentável

O pensamento sustentável é diacrônico. De acordo com Araújo *et al.* (2006, p. 3), em 1968 ocorreu o chamado Clube de Roma, cujas primeiras discussões tratavam a temática através da iniciativa privada italiana. O referido clube objetivava analisar o conjunto de problemas surgidos em nível mundial: “a pobreza em meio à riqueza; a degradação do meio ambiente; a perda de confiança nas instituições; o crescimento urbano descontrolado; a insegurança no emprego; a alienação da juventude; a rejeição de valores tradicionais; e a inflação e outras rupturas econômicas e monetárias”. Em 1972, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, a primeira do gênero. Já em 1983, foi criada a comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e em 1987 surgiu o Relatório Brundtland, da Organização das Nações Unidas, que difundiu a expressão e o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse relatório propõe várias ações, dentre elas cita-se: medidas de controle populacional, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis, controle da urbanização desordenada e atendimento das necessidades básicas da população.

No ano de 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, Brasil, onde surgiram dois documentos: a Carta da Terra e a Agenda 21. Em 2002, ocorreu, em Johannesburgo, na África do Sul, a maior conferência mundial sobre o tema, quando foi criado o Protocolo de Kyoto. (ARAÚJO *et al.*, 2006).

O protocolo de Kyoto é um documento que sinaliza o compromisso em que países com maior nível de industrialização, considerados os maiores consumidores dos recursos naturais e geradores de resíduos poluentes, devem ser responsabilizados na mesma medida (ARAÚJO *et al.*, 2006). Direcionando o assunto à Agenda 21, um dos documentos resultantes da conferência Rio 1992, Barbieri (2013, p. 91) afirma que essa agenda “aponta os graves problemas por que passa a humanidade e faz uma conclamação a todas as nações para se unirem em prol do desenvolvimento sustentável”. Nessa agenda são delimitados pela ONU os elementos que conceituam ecoeficiência nas empresas com o resultado da implantação de um sistema de gestão ambiental, que adota a política dos três “erres”:

- a. Reduzir – repensar a vida, ver de fato o que é essencial para a “minha vida” e diminuir o consumo.
- b. Reutilizar – ser criativo, inovador, usar um produto de várias maneiras e várias vezes.
- c. Reciclar – transformar, possuir a capacidade de imaginar, criar e renovar (MEDEIROS *et al.* 2015, p. 263).

O mais recente evento ocorreu em novembro/dezembro de 2015, de acordo com o sítio das Nações Unidas, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em Paris, na França. Referenciada como COP 21, o acontecimento buscou implementar um novo acordo internacional sobre o clima, direcionado a todos os países, tendo como

principal objetivo manter o aquecimento global abaixo de 2°C (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Dentre as diversas decisões e acordos realizados na COP 21, destaca-se o artigo 2, abaixo discorrido:

1. O presente Acordo, no reforço da implementação da Convenção, incluindo seu objetivo, visa a fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, no contexto do desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza, incluindo ao: (a) Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas; (b) Aumentar a capacidade de adaptar-se aos impactos adversos das mudanças climáticas e fomentar a resiliência ao clima e o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, de uma forma que não ameace a produção de alimentos; (c) Promover fluxos financeiros consistentes com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima. 2. O presente Acordo será implementado para refletir a igualdade e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 25-26).

Nessa ótica, alterações consideráveis no equilíbrio térmico do planeta, nesse início de século, têm sido motivo de preocupação entre autoridades e especialistas no assunto. A concentração de gases na atmosfera terrestre, interpretado como fator resultante da ação humana, é considerada como responsável, em caráter parcial, pela elevação da temperatura média global nas últimas décadas. O propósito principal da COP 21 é implementar ações, em nível mundial, que mantenham o aquecimento global abaixo de 2°C e evitem que alterações

climáticas causem catástrofes mais graves para a humanidade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). Nesse contexto, faz-se necessário entender o que é sustentabilidade.

2.2 Conceitos de sustentabilidade

A definição de sustentabilidade mais difundida é a apresentada pela “Comissão Brundtland (1987) ao considerar que o desenvolvimento sustentável deve satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (AZEVEDO, 2012, p. 34). Ela expressa claramente um dos princípios básicos de sustentabilidade, vista em longo prazo, cujos interesses das futuras gerações devem ser considerados.

O conceito de desenvolvimento sustentável, atualmente enfatizado como sustentabilidade, representa melhor o seu significado ao integrar-se ao conceito de responsabilidade social, o qual consta que não existe crescimento econômico de longo prazo sem o avanço dos aspectos ambientais e sociais na mesma medida, haja vista serem questões que se inter-relacionam. Os aspectos econômicos não se sustentam sem uma equivalência ambiental e social, assim como práticas ambientais ou sociais corporativas não se ampararão caso não haja a sustentabilidade econômica da empresa (BORGES, 2013).

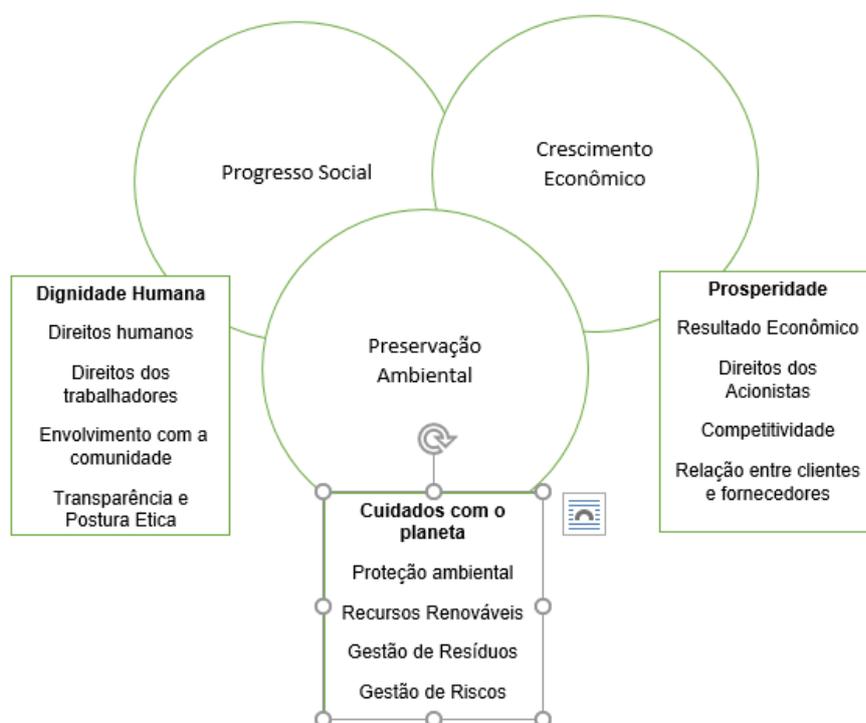
Azevedo (2012) contextualiza que sustentabilidade abrange três dimensões e são difundidas como *triple bottom line*, quais sejam: *people, planet, profit*. A perspectiva econômica (*profit*) refere-se ao resultado financeiro, na qual a empresa deve orientar-se em lucrar sem devastar. As questões ambientais ou ecológicas (*planet*) incitam as empresas a perceberem o impacto

de suas atividades sobre o meio ambiente, desde a forma de utilização dos recursos naturais à integração da administração ambiental com a rotina de trabalho. Outrossim, a empresa deve considerar a legislação ambiental. E a dimensão social (*people*) consiste no aspecto social, ou seja, no capital humano. Além de salário justo é necessário pensar no bem-estar e saúde dos

empregados. A organização também deve estar voltada para a comunidade em que está inserida.

O tripé da sustentabilidade que abrange as dimensões ambiental, econômica e social condiciona a integração e o equilíbrio desses ambientes, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Tripé da Sustentabilidade.



Fonte: Baseada em Araújo et al. (2006, p. 7).

Esse equilíbrio está condicionado às ações que proporcionem a dignidade humana quanto aos direitos humanos, direito dos trabalhadores, apoio à comunidade, transparência e ética. Na perspectiva econômica, vantagens perante a concorrência e as relações entre clientes e fornecedores. Quanto aos cuidados com o planeta, traduzem-se em práticas que possam proteger o ambiente, como a utilização de recursos renováveis e a gestão responsável dos resíduos e os riscos inerentes ao negócio (ARAÚJO *et al.*, 2006).

Direcionando o conceito ao nível organizacional, Carvalho e Paladini (2012, p. 416) afirmam que “o conceito de sustentabilidade vem evoluindo ao longo do tempo da percepção de sobrevivência da organização, para o consenso de que é preciso sobreviver sem comprometer as gerações futuras”. Enfatizam a responsabilidade ambiental, econômica e social das empresas. Quanto à responsabilidade social empresarial, segundo o Instituto Ethos (2013, p. 16):

É a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

O conceito de responsabilidade social empresarial é manifestado e reafirmado através da definição de sustentabilidade, compreendida nos três pilares (ambiental, econômico social), o posicionamento frente à ética e à transparência nas ações das empresas, bem como a preocupação com a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Montana e Charnov (2010) contextualizam sobre a responsabilidade social, refletindo que a empresa não possui apenas objetivos financeiros, mas também responsabilidades sociais. Empresas que vivenciam a prática responsável procuram ativamente a aprovação da comunidade para o seu envolvimento social e desejam serem vistas como boas cidadãs empresariais. Nessa perspectiva, “[...] a política da empresa também incentivará e apoiará a ação individual socialmente desejável por meio de ações, tais como as de compensar a contribuição assistencial do funcionário com fundos da empresa” (MONTANA; CHARNOV, 2010, p. 43).

Sobre o assunto, Dias (2011, p. 173) afirma que “um dos aspectos mais visíveis do movimento gerado em torno da questão ambiental nos últimos anos é a responsabilidade social tanto de indivíduos quanto de organizações, sejam elas do setor privado, sejam o setor público, sejam do terceiro setor”.

Evidencia-se a necessidade de implantação de ações práticas no contexto

organizacional que englobem os três pilares em qualquer ramo de negócio e/ou tamanho da empresa. Aliás, além das organizações, a sociedade em geral e os órgãos governamentais precisam fazer a sua parte em favor da sustentabilidade do planeta.

2.3 Práticas sustentáveis no âmbito organizacional

Neste trabalho, busca-se considerar as ações em prol da sustentabilidade compreendidas nas esferas ambiental, econômica e social. De acordo com Lima *et al.* (2009), as práticas no contexto ambiental estão direcionadas a questões como: a conscientização no consumo de água e de energia, a redução da emissão de substâncias poluentes no ar e o correto descarte de resíduos, dentre outras. Com relação à esfera econômica, devem direcionar a saúde financeira da empresa. As micro e pequenas empresas podem, diante da aplicação de tais ações, alcançar um diferencial competitivo, haja vista que os consumidores estão se tornando mais conscientes e seletivos. E consoante à esfera social, as ações devem estar voltadas para a valorização dos empregados, parceiros, fornecedores, clientes e comunidade.

No contexto social, segundo Salles *et al.* (2016), essas ações, em termos globais, envolvem esforços para reduzir a pobreza e definir um padrão de vida digna, com distribuição justa e equitativa do consumo de bens naturais e serviços entre todos os habitantes do planeta. No aspecto econômico, por sua vez, abrange condições formais e informais, no sentido de fornecer serviços para os indivíduos e grupos de modo a aumentar a renda monetária e o padrão de vida daqueles.

Outra ação que direciona o mercado nas práticas sustentáveis, arraigadas à esfera

ambiental, é a certificação de Gestão Ambiental ISO 14.000. De acordo com Carvalho e Paladini (2012 p. 177):

A série de normas ISO 14.000, lançada em 1996, veio disponibilizar para as empresas, que compartilhassem com a preocupação de preservação do meio ambiente, uma ferramenta gerencial adequada e moderna que tanto serve para gestão ambiental como para demonstrar ao público externo que a empresa que o utiliza é comprometida com o futuro de nosso planeta.

Posto isso, Dias (2011, p. 104-105) afirma que “as normas ISO são normas ou padrões desenvolvidos pela *Internacional Organization for Standardization (ISO)* [...]. As normas ISO 14.000 são uma família de normas que buscam estabelecer ferramentas e sistemas para a administração ambiental de uma organização”.

Segundo Spers (2009), os fatores ou ações de maior enfoque para pequenas e médias empresas estão contidos nas esferas de gestão de recursos humanos (social) e sistemas de gestão, incluindo as certificações em processos ambientais. Todavia, essas empresas alcançam a redução de custos e o aumento de receitas.

Outro domínio que vem ganhando força é o surgimento da Tecnologia da Informação Verde (ou TI Verde), onde é possível implantar práticas sustentáveis em uma empresa.

Recentemente essa expressão tem ganhado potência no setor da tecnologia para integrar a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade. A área de TI é preocupante, pois é grande a contaminação nos lençóis freáticos devido aos metais tóxicos que são liberados por conta dos aparelhos eletroeletrônicos. Com a TI Verde implementada, verifica-se que é possível reduzir custos e habituar os profissionais de TI às práticas benéficas para a empresa e o meio ambiente (ABREU; MONTEIRO; ROMITO, 2012, p. 2).

Dessa maneira, a TI Verde pode ser vista como uma abordagem holística e sistemática para enfrentar os desafios de infraestrutura, os impactos ambientais provocados pelas atividades, o suporte tecnológico para as práticas empresariais ambientalmente corretas e o seu papel na economia de baixo carbono (MOLLA *et al.*, 2008 *apud* SALLES *et al.*, 2016).

O que agrava a situação do lixo eletrônico dispensado são os resíduos que contêm metais pesados, por exemplo, o chumbo, cádmio e mercúrio, entre outros tóxicos, pois precisam de um correto tratamento para evitar danos causados à saúde e ao meio ambiente” (INSTITUTO GEA, 2011, *apud* ABREU; MONTEIRO; ROMITO, 2012, p. 3).

Diante do exposto, é possível inferir que as práticas de consumo consciente da água, o investimento em energias renováveis, o incentivo à diminuição de agentes poluentes a partir da certificação ISO, bem como o uso e o descarte inteligente dos equipamentos tecnológicos são ações prioritárias ao desenvolvimento sustentável da sociedade.

Em inferência a legislação, no Brasil, atua-se considerando a Lei de natureza ou contra crimes ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), que apenas dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se a pesquisa descritiva, tendo como foco primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, senão, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2010).

Em termos de procedimento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que

de acordo com Gonçalves (2014, p. 58), “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa; sua finalidade é conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o assunto que se pretende estudar”. Outrossim, constitui-se em um estudo de caso, que segundo Gil (2010, p. 37), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Para qualificar o porte das empresas são apresentados os critérios de classificação segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE- SC, 2016). Quanto ao número de empregados são considerados: na indústria, microempresa, organizações com até 19 empregados; pequena empresa, entre 20 a 99 empregados; média empresa, entre 100 a 499 empregados e; grande empresa, as entidades com mais de 500 empregados. No Comércio e Serviços, a microempresa deve ter até 9 empregados, pequena empresa entre 10 a 49, média empresa entre 50 a 99 e grande empresa mais de 100 empregados.

A Empresa 1, segundo o seu sítio oficial, iniciou suas atividades em 24 de abril de 1990 e opera há 26 anos na cidade de Mossoró-RN. Durante esse período vem investindo em estrutura física, inovação tecnológica e qualidade dos serviços oferecidos, corpo colaborativo composto por 40 empregados diretos, distribuídos em operações de serviços e loja de departamento de peças, vendas, faturamento, estoque de materiais e qualidade garantida. Empresa do ramo de comércio e serviços. Segundo os critérios do Sebrae-SC (2016), quanto ao

número de empregados enquadra-se em pequena empresa e está representada pelo Gestor 1. O questionário foi aplicado no mês de abril de 2016.

A Empresa 2, de acordo com seu sítio oficial, foi fundada em 1995. É uma empresa de capital nacional situada na divisa dos estados do Rio Grande do Norte (RN) e Ceará (CE), com administração localizada na cidade de Mossoró-RN. Do ramo agroindustrial, produz frutas, principalmente melão e melancia. Na época de safra, seu quadro de empregados é composto por aproximadamente 8.000 pessoas, caracterizada como grande empresa, de acordo com o critério utilizado pelo Sebrae-SC (2016), representada neste trabalho pelo Gestor 2. Os dados foram coletados no mês de julho de 2016.

Devido ao objetivo da pesquisa, a escolha das empresas deu-se devido à diferença de porte e ramo de atividade. A opção dos Gestores ocorreu em decorrência da iniciativa para implementação de práticas sustentáveis advir, principalmente, da tomada de decisão no nível estratégico das organizações.

O instrumento de coleta de dados utilizado baseou-se em um questionário (Quadro 1) validado por Careon e Silva (2010). Optou-se por apreciar todas as questões abertas de modo que os Gestores pudessem responder de forma mais abrangente. E compôs-se de 10 (dez) questões referentes aos aspectos ambientais, nove questões sobre fatores econômicos, nove questões direcionadas ao âmbito social e uma questão em âmbito geral.

Quadro 1 – Questionário da Pesquisa.

<p>Âmbito Ambiental</p> <ol style="list-style-type: none">1. Utiliza sistema de coleta seletiva?2. Prática política de recolhimento de lixo eletrônico?3. Usa produtos de limpeza não tóxicos?4. Aplica técnicas eficientes para administrar o uso de energia, ou usa iluminação inteligente? Quais?5. Trabalha em parceria com entidades voltadas ao meio ambiente?6. Instala acessórios e dispositivos para economizar água?7. Utiliza processos de descarte de resíduos? Caso sim, esta ação gera receita?8. Há incentivo da prefeitura ou outros órgãos governamentais para a coleta seletiva?9. Em todo o processo na empresa há possibilidade de redução do impacto ambiental? Exemplifique.10. A empresa possui certificações ambientais? <p>Âmbito Econômico</p> <ol style="list-style-type: none">1. São priorizados fornecedores que realizam práticas sustentáveis?2. São exigidos padrões estabelecidos em contratos com fornecedores?3. Solicita-se algum tipo de certificação dos fornecedores?4. Habilita seus profissionais de atendimento a expor aos clientes, compreensivamente, a natureza e o conteúdo das atividades oferecidas, bem como a compatibilidade destas com seu perfil?5. Possui formas de relacionamento pós-venda?6. Possui procedimentos de avaliação da qualidade dos serviços prestados?7. Divulga seus programas ambientais e sociais, buscando diferenciar sua marca e aumentar nas vendas?8. Cumpre os compromissos com o governo de forma ética e responsável?9. Possui recursos extras para aplicar em projetos sustentáveis ou doações para este fim? <p>Âmbito Social</p> <ol style="list-style-type: none">1. Possui normas de conduta e divulga-as para os empregados?2. Trabalha em clima de colaboração com a finalidade de promover mudanças?3. Estimula a participação consciente do funcionário como cidadão fora da empresa?4. Inclui e adapta deficientes físicos no quadro de empregados?5. Oferece condições de trabalho com saúde e segurança?6. Desenvolve ações sociais (doações e apoio a projetos sociais)?7. Destina perdas ou sobras de produtos para programas sociais?8. Há empregados que não se interessam ou desconhecem as práticas sustentáveis dentro da empresa?9. Há poucos empregados para muitas atividades? Novas ações sociais sobrecarregar-nos-iam? <p>Âmbito geral</p> <ol style="list-style-type: none">1. Na sua opinião, qual a maior dificuldade para desenvolver práticas sustentáveis?

Fonte: Careon e Silva (2010, p.15-16).

Para a análise dos dados utilizou-se a forma qualitativa, ou seja, a relação entre a teoria e a realidade da empresa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Esfera ambiental

A esfera ambiental engloba as questões ambientais ou ecológicas (*planet*), buscando identificar se as empresas percebem o impacto de suas atividades sobre o meio ambiente e contribuem para integrar a administração ambiental com a rotina de trabalho (AZEVEDO, 2012). Sobre esta dimensão os gestores posicionaram-se da seguinte forma, expressa no Quadro 2.

Quadro 2 – Posicionamento dos Gestores na Esfera Ambiental.

Práticas Ambientais - Empresa 1 – Gestor 1	Práticas Ambientais – Empresa 2 – Gestor 2
Faz coleta seletiva.	Faz coleta seletiva.
Possui política de recolhimento de lixo eletrônico.	Não possui política de recolhimento do lixo eletrônico.
A maioria dos produtos de limpeza contém substâncias tóxicas.	Não utiliza produtos de limpeza tóxicos.
Para administrar o uso de energia utiliza luminárias de LED de alta qualidade. Nelas estão acoplados um <i>driver</i> de gerenciamento inteligente com sensor de presença.	Conscientização de educação ambiental, troca de lâmpadas e uso de energia renovável.
Sempre trabalha em parceria com entidades focadas no meio ambiente.	Trabalha em parceria com entidades focadas no meio ambiente.
Instalou acessórios e dispositivos para economizar água.	Instalou acessórios e dispositivos para economizar água.
Utiliza processos de descarte de resíduos que não gera receita para a empresa.	Existe uma empresa do grupo apenas para gerenciar os resíduos sólidos e esta gera receita.
Considera que não existe incentivo da prefeitura ou outros órgãos governamentais para a coleta seletiva.	Considera que não existe incentivo da prefeitura ou outros órgãos governamentais para a coleta seletiva.
Busca em todo o processo empresarial reduzir o impacto ambiental, no que se refere ao descarte do lixo, consumo de água e de energia e demais fatores que venham a afetar diretamente o meio ambiente.	Todos os processos de produção geram impacto ambiental. Diante disto, a empresa adota práticas sustentáveis para minimizar o problema. Exemplo: Na produção de melão são usadas técnicas que minimizam os impactos, como uso de manta, <i>mulching</i> e defensivos agrícolas com baixa toxicologia.
A empresa possui Certificação ISO 14.000.	Certificação <i>Rainforest Alliance</i> , específica para alimentos e bebidas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Utilizando Lima *et al.* (2009) para analisar as ações realizadas pela Empresa 1 no contexto ambiental, verifica-se que as práticas referentes a esse contexto direcionam a conscientização no consumo de água e de energia, a redução da emissão de substâncias poluentes no ar e o correto descarte de resíduos, dentre outros. Outrossim, possui Certificação ISO 14.000,

segundo aos requisitos da norma e ações praticadas na implantação de métodos mais simples como, por exemplo, reutilização de papel, reduzindo custos com o material. Além disso, pode proporcionar uma nova postura organizacional, cuja atitude seja mais sustentável, de modo a preservar diferentes recursos conscientemente (SALLES *et al.*, 2016).

Quanto às práticas da Empresa 2, a maioria delas é semelhante às da Empresa 1, tendo como principais diferenças em termos de ações: não possui política de descarte de lixo eletrônico e o descarte de seus resíduos gera receita para empresa; e não descarta o lixo eletrônico corretamente, o que pode causar inúmeros impactos ao meio ambiente, uma vez que “[...] os resíduos que contém metais pesados, por exemplo, o chumbo, cádmio e mercúrio, entre outros tóxicos, precisam de um correto tratamento para evitar danos causados à saúde e ao meio ambiente” (INSTITUTO GEA, 2011, *apud* ABREU; MONTEIRO; ROMITO, 2012, p. 3).

Uma condição que os Gestores 1 e 2 enfatizaram foi o fato de a prefeitura ou outros órgãos governamentais não incentivarem a coleta seletiva. Este fato é relevante, pois o Brasil foi um dos países que participou da COP 21, cujo evento buscou implementar um novo acordo internacional sobre o clima e direcionado a todos os países e como principal objetivo manter o aquecimento global abaixo de 2°C.

O Gestor 2 enfatiza que na sua empresa, devido às exigências internacionais para exportação de seu produto, possui certificação *Rainforest Alliance* (Rede de Agricultura Sustentável), que é específica para alimentos e bebidas. Sua filosofia

consiste no desenvolvimento de uma agricultura sustentável direcionada a integrar as necessidades de propriedades, trabalhadores, comunidades, consumidores e meio ambiente. O objetivo dessa certificação é incrementar os benefícios sociais e econômicos de propriedades e também reduzir os impactos ambientais. As empresas certificadas são conscientizadas sobre a relevância da saúde ambiental, da qualidade dos produtos, do bem-estar de trabalhadores e de uma produtividade de longo prazo em suas terras.

4.2 Esfera econômica

No contexto econômico, as ações devem direcionar à saúde financeira da empresa (LIMA *et al.*, 2009). Os Gestores 1 e 2 afirmaram esse conteúdo conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Posicionamento dos Gestores na Esfera Econômica.

Práticas Econômicas- Empresa 1 – Gestor 1	Práticas Econômicas – Empresa 2 – Gestor 2
São priorizados fornecedores que realizam práticas sustentáveis.	São priorizados fornecedores que realizam práticas sustentáveis.
Não são exigidos padrões em contratos com fornecedores.	Não são exigidos padrões em contratos com fornecedores.
Não são solicitadas certificações aos fornecedores.	Não são solicitadas certificações aos fornecedores.
Treina e habilita seus profissionais no atendimento aos clientes.	Habilita seus profissionais de atendimento a expor aos clientes com clareza a natureza e o conteúdo das atividades oferecidas, bem como a compatibilidade das mesmas com seu perfil.
Não é comum relacionar-se com os clientes pós-venda.	Possui formas de relacionamento pós-venda.
Como procedimento para a avaliação da qualidade dos serviços prestados, semestralmente faz um levantamento da satisfação com os clientes.	Possui procedimentos para a avaliação da qualidade dos serviços prestados.
Não faz divulgação de seus programas ambientais e sociais visando diferenciar a marca e aumentar nas vendas.	Divulga seus programas sociais e ambientais visando diferenciar a marca e aumentar nas vendas.
Sempre cumpre os compromissos com o governo de forma ética e responsável.	Cumpe os compromissos com o governo de forma ética e responsável.
Não percebe a necessidade de possuir recursos extras para aplicar em projetos sustentáveis ou doações para este fim.	Possui recursos extras para aplicar em projetos sustentáveis ou doações para este fim.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Azevedo (2012) contextualiza que a extensão econômica (*profit*) inclui não apenas a economia formal, mas também as atividades informais que proporcionam serviços para os indivíduos e grupos e aumentam a renda monetária e o padrão de vida dos indivíduos.

Em termos econômicos, o Gestor 1 tem uma visão restrita em relação às questões legais, cumprindo apenas o que solicita a norma ISO 14.000 e o compromisso com o governo. Percebe-se que a empresa poderia se beneficiar divulgando suas ações ambientais e sociais. Além disso, de acordo com Lima *et al.* (2009), as práticas

no contexto econômico são ações direcionadas à saúde financeira da empresa. Logo, as micro e pequenas empresas, diante da aplicação de tais ações, podem alcançar diferencial competitivo, haja vista a conscientização cada vez maior por parte dos consumidores.

No que se refere às respostas do Gestor 2, vale ressaltar que a empresa divulga seus programas sociais e ambientais para elevar a receita e diferenciar sua marca, assim como possui recursos para aplicar em projetos sustentáveis e doações, mas não afirmou se pretende fazê-lo.

4.3 Esfera social

A dimensão social consiste no aspecto humano. Além de salário justo é necessário pensar no bem-estar e saúde dos

empregados. Precisa, também, estar voltada para a comunidade na qual se insere (AZEVEDO, 2012). Com relação a esta variável, os Gestores posicionaram-se da seguinte forma, expressa no Quadro 4.

Quadro 4 – Posicionamento dos Gestores na Esfera Social.

Práticas Sociais - Empresa 1 – Gestor 1	Práticas Sociais – Empresa 2 – Gestor 2
Possui normas de conduta e divulga para os empregados.	Possui normas de conduta e divulga para os empregados.
Trabalha em clima de colaboração para promover mudanças, pois diante do atual cenário mudar é preciso.	Trabalha em clima de colaboração para promover mudanças.
Estimula a participação consciente dos empregados como cidadão fora da empresa, pois dentro ou fora dela precisamos viver em coletividade.	Estimula a participação consciente dos empregados como cidadão fora da empresa.
Inclui deficientes físicos no quadro de empregados, pois apesar de suas limitações são pessoas dispostas a contribuir e aprender cada vez mais.	Inclui e adapta deficientes físicos no quadro de empregados.
Oferece condições de trabalho com saúde e segurança, pois ambos são aspectos primordiais para o ambiente de trabalho e o bem-estar dos empregados.	Oferece condições de trabalho com saúde e segurança.
Faz doações e apoia projetos sociais.	Desenvolve ações sociais. A empresa realiza doações de frutas, água e realiza projetos socioambientais nas comunidades circunvizinhas.
Não destina perdas ou sobras para programas sociais, pois seu produto não é apropriado.	Destina frutas para os programas sociais.
Apesar de seus esforços, ainda existem empregados que não se interessam ou desconhecem práticas sustentáveis dentro da empresa.	Todos os empregados passam por treinamentos e palestras sobre as práticas sustentáveis da empresa.
Não inclui novas ações sociais porque existem poucos empregados para muitas atividades.	Considera que não existem poucos empregados para desenvolver mais ações sociais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

De acordo com Lima *et al.* (2009), as práticas no contexto social são ações que devem estar voltadas para a valorização dos empregados, parceiros, fornecedores, clientes e comunidade. As afirmações dos Gestores 1 e 2 refletem que buscam cumprir os aspectos legais, assim como oferecer

condições de trabalho adequadas. Quanto à inclusão de deficientes no quadro de empregados, na Empresa 1 não é obrigatório, pois de acordo com a Lei 8.213/91, art. 93, “a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários

reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1991). Neste caso, a organização compõe no quadro de empregados apenas 40 pessoas. Na Empresa 2 é questão obrigatória, haja vista o elevado número de empregados.

Ainda analisando a posicionamento do Gestor 1 é válido afirmar que a fórmula aplicada para conscientizar seus empregados sobre a preocupação com a coletividade (dentro e fora da empresa) não tem alcançado o resultado desejado. O mesmo declara que “apesar de seus esforços, ainda existem empregados que não se interessam ou desconhecem práticas sustentáveis dentro da empresa”. Sobre esta questão, o Gestor 2 apenas informa que todos os empregados participam de palestras e treinamentos sobre práticas sustentáveis, não informando a eficácia das ações.

No contexto analisado, a inclusão de novas ações no contexto social, as quais não sejam apenas fazer doações a projetos sociais, palestras e treinamentos, talvez

resulte no envolvimento e na efetiva conscientização dos empregados. Montana e Charnov (2010) sugerem que empresas que vivenciam a responsabilidade social procurem ativamente a aprovação da comunidade para o seu envolvimento social e sejam vistas como bons cidadãos empresariais. Além disso, é interessante implementar políticas que apoiem a ação social individual, como as de compensar a contribuição assistencial do empregado com fundos da empresa.

4.4 Síntese dos resultados

O Quadro 5 apresenta um resumo das principais ações realizadas pelas Empresas, identificando a motivação, os benefícios e as dificuldades enfrentadas na percepção de seus Gestores.

Quadro 5 – Síntese dos resultados da pesquisa.

EMPRESA	FATOR	SOCIAL	AMBIENTAL	ECONÔMICO
Gestor 1	PRINCIPAIS AÇÕES	Possui normas de conduta e trabalha em clima de colaboração, oferece condições de trabalho adequadas, inclui deficientes no quadro de empregados e faz doações a projetos sociais.	Faz coleta seletiva, incluído o lixo eletrônico, implementa ações para economizar energia e água, trabalha em parceria com entidades focadas no meio ambiente e utiliza processos de descarte de resíduos que não geram receita para a empresa.	Prioriza fornecedores que realizam práticas sustentáveis, treina e habilita seus profissionais, avalia a satisfação dos clientes e cumpre os compromissos com o governo.
	MOTIVAÇÃO	Legal.	Legal (requisitos da norma ISO 14.000).	Requisitos norma ISO 14.000 e questões legais (impostos).
	BENEFÍCIOS	Melhoria na imagem da empresa.	Economia de água e de energia, descarte correto do lixo e redução de custos.	Capacitação dos empregados e satisfação dos clientes.
Gestor 2	DIFICULDADES	Aplicar práticas eficientes para conscientizar empregados a atuarem na empresa e na comunidade.	Considera que não existe incentivo da prefeitura ou outros órgãos governamentais para a coleta seletiva.	O Gestor não vê a necessidade de aplicar recursos extras em projetos sustentáveis e não divulga suas ações para melhoria da imagem da empresa.
	PRINCIPAIS AÇÕES	Possui normas de conduta e trabalha em clima de colaboração, oferece condições de trabalho adequadas, inclui deficientes no quadro de empregados e faz doações de frutas a projetos sociais.	Faz coleta seletiva, incluído o lixo eletrônico, não utiliza produtos de limpeza tóxicos, implementa ações para economizar água e energia, trabalha em parceria com entidades focadas no meio ambiente e utiliza processos de descarte de resíduos que gera receita para a empresa.	Prioriza fornecedores que realizam práticas sustentáveis, treina e habilita seus profissionais, possui formas de relacionamento pós-venda, avalia a satisfação dos clientes, cumpre os compromissos com o governo e divulga seus programas sociais e ambientais visando diferenciar sua marca e aumentar suas vendas.
	MOTIVAÇÃO	Legal.	Requisitos de certificação.	Legal e requisitos de certificação.
Gestor 2	BENEFÍCIOS	Melhoria da imagem da empresa.	Economia de água e energia, descarte correto do lixo e receita no descarte de resíduos.	Capacitação dos empregados e satisfação dos clientes e melhoria na imagem da empresa com a divulgação de seus projetos ambientais e sociais.
	DIFICULDADES	Não relatadas.	Não faz o descarte correto do lixo eletrônico e considera não existir incentivo da prefeitura ou outros órgãos governamentais para a coleta seletiva.	Não relatadas.

Fonte: elaborado pelos autores (2016).

No âmbito geral, questionou-se sobre a maior dificuldade para desenvolver práticas sustentáveis. O Gestor 1 justificou a “falta de responsabilidade dos governos no que tange à preservação ao meio ambiente e as pressões exercidas pela globalização”.

O mesmo questionamento também foi direcionado ao Gestor 2, que afirmou: “o incentivo governamental é uma das principais dificuldades encontradas pelos empreendedores no país. O acesso a alguns recursos financeiros impossibilita o desenvolvimento das atividades empresariais”.

Diante dessas afirmações, ressalta-se o acordo efetivado na COP 21 que apresenta alguns trechos do relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (2015), a saber: “promover fluxos financeiros consistentes com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima”. E continua: “o presente acordo será implementado para refletir a igualdade e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

De acordo com os dados obtidos através das respostas dos Gestores 1 e 2, pode-se evidenciar que no âmbito social ambos atuam de forma legal, fazendo doações a instituições, estabelecendo normas de conduta e trabalhando em clima de cooperação. No que tange à esfera ambiental, as duas empresas operam de modo a reduzir ao máximo os agentes poluidores, tendo como prática a coleta seletiva, incluso, também, o lixo eletrônico (exceto a Empresa 2), e demais ações implementadas com o intuito de reduzir o consumo de água e de energia. Finalmente, no meio econômico, a organização em que atua o Gestor 2 possui maior destaque quanto às ações de longo

prazo a serem realizadas em benefício ao meio ambiente, tais como políticas pós-venda e divulgação de programas sociais. Ressalta-se que ambos priorizam os fornecedores que desenvolvem práticas sustentáveis, treinam e habilitam seus profissionais, avaliam a satisfação de seus clientes e cumprem os compromissos com o governo.

As ações identificadas nas empresas não possibilitam afirmar que elas praticam de forma satisfatória atividades em função do tripé da sustentabilidade (social, ambiental e econômico). Ao comparar este resultado com uma pesquisa do Sebrae visando a identificar a percepção dos empresários sobre a sustentabilidade, verifica-se que, mesmo os empreendedores que afirmam não terem conhecimento sobre o assunto, na prática, realizam algum tipo de ação sustentável. Segundo Santos (2012, p. 135), entre as ações sustentáveis pode-se citar: “controle de consumo de energia, água e papel, coleta seletiva e tratamento de resíduos tóxicos, tais como solventes, produtos de limpeza e cartuchos de tintas.” Ou seja, basicamente são as principais atividades desenvolvidas pelas empresas pesquisadas.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi avaliar e comparar a opinião dos gestores referente às práticas direcionadas à sustentabilidade. Os resultados mostraram que, apesar de ambas as organizações atuarem motivadas pelos aspectos legais e pelas exigências de suas certificações, infelizmente, não há incentivo por parte dos órgãos governamentais, situação que poderá inviabilizar o desenvolvimento e a ampliação de tais ações.

No que se refere às diferenças entre as organizações, objeto de estudo, as mais

relevantes foram: porte, setores da economia e nicho de mercado. Quanto ao porte, a primeira é caracterizada pelo SEBRAE-SC como “pequeno porte”, sendo composta por 40 empregados, a segunda destaca-se como de “grande porte”, com até 8 mil empregados em suas instalações, de acordo com a produção e sazonalidade de seus produtos. Estas diferenças foram opção de escolha para aplicação da pesquisa.

No quesito colocação econômica, as empresas diferem-se decorrente dos Setores Terciário¹ (gerida pelo Gestor 1) e Primário² (gerida pelo Gestor 2). No tocante aos nichos de mercado, a principal diferença está no fato da Empresa 1 lidar com o comércio local, enquanto que a Empresa 2 trata, em sua maioria, do comércio de exportação de produtos agroindustriais e de fruticultura irrigada. Apesar de alguma dissonância entre as entidades, é possível ver similaridades na maneira em que apostam na gestão eficiente de seus negócios, manuseando recursos para atingir objetivos intrínsecos ao desenvolvimento, como a busca pelas certificações que exigem práticas sustentáveis.

Mediante o resultado, é possível inferir que as práticas de consumo consciente da água, o investimento em energias renováveis, o incentivo à diminuição de agentes poluentes a partir da certificação ISO, bem como o uso e o descarte inteligente dos equipamentos tecnológicos são ações básicas, ao desenvolvimento sustentável da sociedade. Pois, mesmo empresários que não conhecem o assunto já praticam tais atividades.

Com relação aos elementos que limitam o estudo, enumera-se os seguintes: a reduzida amostra, foram duas empresas; a

utilização de apenas um instrumento de pesquisa e o fato de se levar em conta que as respostas dos gestores são realidade nas empresas.

Portanto, ressalta-se que o resultado apresentado se refere exclusivamente às empresas objeto de estudo e traduz o sentimento e a percepção de seus gestores. Sugere-se que em outros estudos sejam realizados aportes teóricos e metodológicos que referenciem as perspectivas dos empregados e/ou da sociedade, uma vez que a sustentabilidade, assim como o desenvolvimento sustentável, baseia-se no tripé economia-ambiente-sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. F.; MONTEIRO, M. F.; ROMITO, P. R. TI Verde: implementação de práticas sustentáveis em empresa de tecnologia da informação. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET, 9, Resende, 2012. *Anais...* Resende-RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/25916208.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; BUENO, Miriam Pinheiro; SOUSA, Adriana Alvarenga de; MENDONÇA, Paulo Sérgio Miranda. Sustentabilidade Empresarial: conceitos e indicadores. In: *convibra*, 3, nov, 2006. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf>. Acesso em 17 set. 2015.

AZEVEDO, J. H. Sustentabilidade: crescimento econômico com responsabilidade social. *Revista Brasileira de Administração*, Brasília, 21, n. 87, p. 34-38, mar./abr. 2012.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças*

¹ Que trata dos serviços e comercialização de produtos industrializados.

² Relacionada à produção através da exploração de recursos da natureza e do agronegócio.

da Agenda 21. 14. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

BORGER, Fernanda Gabriela. *Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial*. [S.l.: s.n], 2013. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.VfhndpfMJWA> acesso em: 15 Set. 2015.

BRASIL, Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991. *Presidência da República, Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos*. Art. 93. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em 14. set. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Presidência da República, Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos*. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em 01. Abr. 2017.

CAREON, Luciana Henriques; SILVA, Sônia Ferreira da. *Sustentabilidade Empresarial para Micro e Pequena Empresa*. In: SEMEAD, 8, São Paulo, 2010. *Anais...*, São Paulo, 2010 Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/482.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

CARVALHO, Marly Monteiro; PALADINI, Edson Pacheco. *Gestão da Qualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DIAS, Reinaldo. *Gestão Ambiental*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SEBRAE-SC. *Critérios de classificação de empresas*. SEBRAE-SC. 2016. Disponível

em: <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154> Acesso em 25 jun. 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2014.

INSTITUTO ETHOS, *Responsabilidade Social Empresarial*. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

LIMA, Aline Pereira. ROCHA, Fábio Moutinho; TREINTA, Fernanda Tavares; LIMA, Gilson Brito Alves. *Implementação do Conceito de Triple Botton Line em Empresa de Pequeno Porte*. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 5, 2009. *Anais...*, 2009. Disponível em: <<http://www.inovarse.org/filebrowser/download/10057>>. Acesso em: 18 set. 2015.

MEDEIROS, Maria do Socorro Bezerra; BARBOSA, Robson Fernandes.; SOUSA, Jackson Epaminondas de; ALEXANDRE, Stefane Nogueira; OLIVEIRA, Cláudio Germando dos Santos. *Gestão Ambiental e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso na Agência do Banco do Brasil de Alagoa Nova/PB*. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria*, v. 19, n. 3, set-dez. 2015, p. 256-273 *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM* ISSN: 22361170. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/18864/pdf>.> Acesso em 31 de Mar.2017.

MONTANA, Patrick J. CHARNOV, Bruce H. *Administração*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Adoção do Acordo de Paris*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

SANTOS, Carlos Alberto dos. *Micro e pequenas empresas no contexto da sustentabilidade: desafios e oportunidades*. Cad 2012. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/7348-1442-5-30.pdf>>. Acesso em 01 Abr.2017.

SALLES, Ana Carolina; ALVES, Ana Paula Ferreira; DOLCI, Décio Bittencourt; LUNARD, Guilherme Lerch. Tecnologia da Informação Verde: Um Estudo sobre sua Adoção nas Organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v..20, n.1 jan./fev. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20161887>>. Acesso em: 08 maio 2016.

SPERS, Valéria Rueda Elias. *Tópicos Gerenciais Contemporâneos*. Curitiba: IESDE, 2009. 232 p.

SOBRE OS AUTORES

Lucas Antonio Costa de Paiva

Bacharel em Administração, Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi, Técnico em Gestão de Projetos do O Instituto Euvaldo Lodi. Endereço: Rua Benjamin Constant 750, Boa Vista, Mossoró-RN. CEP 59.605-080. lucasacpaiva@gmail.com

Rita Maria Gomes dos Santos

Mestre em Administração, Universidad Americana de Assunção (em processo de revalidação na UFRN), Professora do Curso de Administração da Faculdade Mater Christi (Grupo UNIRB). Endereço: Rua: Edite Freire, 53 Abolição II Mossoró-RN, CEP 59.619-510. ri.tamaria.18@hotmail.com